



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 678273 - MG (2021/0209488-2)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DANIELLE SILVA MEDEIROS E OUTROS
ADVOGADOS : HUDSON DE FREITAS - MG094510
DANIELLE SILVA MEDEIROS - MG186451
SABRINA ARAUJO MARQUES - MG147140
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MATHEUS SILVA TAVARES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS SILVA TAVARES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Processo n. 1.0000.21.117476-8/000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 23/6/2021 pela suposta prática dos delitos de porte de munição e de posse de medicamento de uso proibido em território nacional, tendo sido sua prisão convertida em preventiva.

O impetrante sustenta ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar e desproporcionalidade na manutenção da segregação cautelar. Aduz que foi concedida a ordem no HC n. 677341 da outra investigada Isadora Oliveira Pontes.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de substituir a medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão, contidas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ademais, o pedido de extensão pressupõe as mesmas circunstâncias fáticas

e jurídicas para sua concessão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente